

EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA DA INDÚSTRIA DO NORDESTE (*)

1. ANTECEDENTES

1.1. Políticas Anteriores à Criação da SUDENE

A preocupação do Governo Federal com relação aos problemas do Nordeste começou a se fazer sentir a partir da segunda metade do século passado, quando se constatou que o crescente aumento da população rural na zona semi-árida, economicamente representada por uma pecuária extensiva e agricultura de baixíssima produtividade, tornava a Região cada vez mais sensível aos efeitos das secas, e contribuía para o agravamento dos problemas sócio-econômicos da Área nos períodos de estiagens prolongadas.

As primeiras medidas tomadas pelo Governo, na batalha contra os males das secas, foram sempre de caráter provisório e assistencial, com a finalidade de atenuar o desemprego e evitar as grandes retiradas dos contingentes populacionais, nas épocas em que ocorria o fenômeno.

Atribuindo-se às secas a causa maior dos problemas do Nordeste, surgiu a idéia de que a solução seria o armazenamento de água em grandes reservatórios, a fim de suprir ou, pelo menos, minorar a sua escassez nas épocas de grandes estiagens. Para executar essa política, foi criada, na primeira década do presente século, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas — IFOCS — a qual desenvolveu os primeiros estudos sobre a Região e iniciou o programa de armazenamento de água.

Posteriormente, a IFOCS foi transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — orientado não só no sentido de intensificar o programa de açudagem, mas, também, de construir estradas, aproveitar as bacias dos grandes rios e desenvolver a piscicultura nas águas represadas.

A reestruturação do DNOCS, abrindo novas frentes na política do Governo Federal para solução dos problemas do Nordeste, foi enriquecida com a decisão de aproveitar o potencial hidroelétrico do Rio São Francisco. A criação da CHESF — Companhia Hidrelétrica do São Francisco — seria o ponto de partida para dotar a Região de uma infra-estrutura sobre a qual se assentaria, mais tarde, o programa de industrialização da Área.

Em 1951, outra violenta seca registrou-se na Região e, não obstante a intensificação do programa de armazenamento de água a partir de 1932, as autoridades governamentais verificaram que, em duas décadas de ação, as estradas e os açudes construídos em quase nada tinham contribuído para atenuar os efeitos das secas no

(*) Trabalho elaborado por Raimundo Nonato de Fátima Cavalcante, contando com a colaboração de Mário Helder de Oliveira Carvalho e Francisco Monte.

Nordeste. As estradas deram mais mobilidade às populações interioranas que, por sua vez, passaram a exercer maior pressão nas comunidades mais favorecidas da zona litorânea, criando novos problemas nos centros urbanos.

A ampliação das bases para o crescimento da economia brasileira se processou com maior grau de concentração dos investimentos na região Centro-Sul, durante e após a II Guerra, aguçando mais ainda os desequilíbrios interregionais existentes no sistema econômico e avolumando as correntes migratórias na direção do Sul. Contudo, a difusão de técnicas de análise econômica adaptáveis à situação de subdesenvolvimento, propiciou uma “mudança de pensamento” com relação ao problema regional. No início dos anos cinquenta surgiu, oficialmente, a primeira manifestação daquilo que viria incorporar-se ao conjunto das idéias que ensejaram a maior ofensiva do Governo visando a desenvolver esta região, em bases sólidas. Com efeito, o Ministro da Fazenda, em exposição feita ao Presidente da República em 1951, proclamou que “o combate às secas, através de grandes obras de engenharia, como as projetadas ou as de emergência, será sempre improfícuo, se não for acompanhado de elementos capazes de fortalecer a economia regional mediante o amparo às suas atividades econômicas”. E mais: “Tenho a impressão de que, no combate às secas até agora feito, muitas vezes a preocupação de engenharia ou das obras hidráulicas sobrepujou o lado econômico propriamente dito”.

Dentro desse novo espírito, em 1952, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil S.A. com a finalidade de apoiar financeiramente os programas de desenvolvimento da Região e de elaborar estudos que permitissem um conhecimento maior da realidade nordestina. Paralelamente às suas operações, que tiveram início em 1954, passou o Banco a desenvolver seus primeiros estudos econômicos sobre o Nordeste, do que ressaltou a necessidade de criação de um órgão de planejamento e coordenação da política do Governo Federal para a Região, tarefa que fugia às suas atribuições.

1.2. A nova Orientação Governamental para o Desenvolvimento do Nordeste

O reconhecimento de que a política de combate aos efeitos das secas não seria suficiente para promover a transformação econômica de que necessitava o Nordeste, e as conclusões apresentadas pelos primeiros estudos realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., levaram o Governo Central a criar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo BNB e assistido pelas Nações Unidas, com o objetivo de analisar a situação sócio-econômica da Região e formular uma política de desenvolvimento para a Área.

A equipe do GTDN preparou um relatório interpretativo da realidade nordestina, fiel à concepção nova que tomava corpo no seio das lideranças locais.

Aceitas as recomendações contidas naquele documento, o Governo Federal instituiu o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), com o objetivo de promover o desenvolvimento da Região com base nas sugestões do GTDN. Em fins de 1959, o CODENO foi transformado na atual Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A SUDENE procurou, inicialmente, montar um instrumental com objetivos claros e políticas definidas e disseminar na Região uma série de idéias novas sobre conceitos e técnicas de desenvolvimento objetivando, com isso, atingir a população e seus líderes políticos, empresariais e profissionais.

Após os primeiros meses de atividade, a SUDENE formulou seu Primeiro Plano Diretor⁽¹⁾, tomando como base as seguintes constatações: "a) o Nordeste é uma das regiões de mais precárias condições de vida do mundo atual; b) a Região apresenta reais possibilidades de desenvolvimento, tanto do ponto de vista de sua constelação de recursos naturais, como no que respeita à aptidão de sua gente para assimilar técnicas modernas; c) a liderança do poder público, no processo de formação de capital, é causa necessária para que a enorme distância que já separa o Nordeste do Sul do País possa ser encurtada".

Baseado nessas constatações, o referido Plano enuncia as seguintes diretrizes relacionadas com o setor industrial e que podem ser sintetizadas no reconhecimento: "a) da necessidade de ampliar e coordenar os incentivos à iniciativa privada, particularmente no que respeita aos investimentos industriais, onde mais alto é o esforço de capitalização requerido do empresário; b) da necessidade de mobilizar todos os incentivos para consolidar o parque manufatureiro, implantando indústrias de base com grande força germinativa, capazes de integrar a estrutura industrial; e, c) da necessidade de mobilizar todos os meios para salvar as indústrias tradicionais que tenham autêntica viabilidade econômica e óbvias vantagens locacionais na Região, no presente momento afetadas por fatores negativos, de natureza institucional ou circunstancial".

Com a criação da SUDENE, era dada continuidade às inversões públicas no Nordeste, principalmente em infra-estrutura econômica e social, e convocado o setor privado, agora motivado pela criação dos incentivos fiscais e financeiros, a colaborar na tarefa de promover substanciais modificações na economia tradicional da Região.

(1) 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1961-1963 — SUDENE — (Recife).

2. O COMPORTAMENTO DO SETOR SECUNDÁRIO NOS ANOS 50

Na década de 1950, a indústria brasileira experimentou considerável índice de crescimento, apoiada no processo de substituição de importações. Diversificou-se a indústria de bens de consumo, instalou-se importante indústria de bens de capital e de consumo durável e expandiu-se o mercado consumidor.

Este surto de desenvolvimento, voltado para o mercado interno, concentrou-se na região Centro-Sul e a economia nordestina, reconhecidamente agrícola e voltada para o mercado externo, com seu modesto e tradicional parque industrial, passou a assistir à evasão das economias geradas na Região em busca de melhores oportunidades na área em desenvolvimento.

Em 1950, o Nordeste contava com 15.612 estabelecimentos classificados no ramo das indústrias de transformação e 713 no de extrativa mineral. Dez anos após, a indústria de transformação passava a ser representada por 20.409 empresas, enquanto a indústria extrativa praticamente conservava o mesmo número de estabelecimentos.

No início da década de 1950, a atividade industrial absorvia, apenas, 8,3% da população economicamente ativa (2) da Região, enquanto o setor agrícola respondia pela elevada percentagem de 73,8%. Examinando-se os resultados do censo de 1960, verifica-se uma pequena melhoria na estrutura do emprego, tendo o setor industrial passado a absorver 9,0% da população economicamente ativa, enquanto o setor agrícola diminuiu sua participação para 68,2%. Estes resultados colocavam o Nordeste bem distante da estrutura dos países desenvolvidos. Para uma aproximação com os países mais favorecidos economicamente, tornava-se necessário um aumento da participação da indústria na ocupação regional e uma redução do contingente populacional dependente da agricultura, notadamente da atividade agrícola de subsistência.

Por outro lado, o contingente populacional ocupado na indústria extrativa passou de 10 mil pessoas, em 1950, para 16 mil no final da década. Este acréscimo resultou, basicamente, da intensificação da exploração de petróleo e gás natural na Região.

Na indústria de transformação registrou-se diminuição no contingente empregado, passando de 216 mil, em 1950, para 208 mil no final da década. A tabela 1 mostra, por gêneros industriais, o pessoal ocupado na indústria de transformação e evidencia a redução do emprego ocorrida nos gêneros têxtil e alimentos, bebidas e fumo. A indústria têxtil, entre 1950 e 1960, reduziu em 22 mil pessoas o contingente ocupado, caindo de 35,8 para 26,2% a sua participação na massa empregada na indústria de transformação e extrativa mineral. O gênero alimentos, bebidas e fumo teve sua participação diminuída de 35 para 32,5% no mesmo período, registrando uma redução na força de trabalho da ordem de 6 mil pessoas.

(2) Pessoas com 10 anos e mais de idade que se encontravam ocupadas durante o período coberto pelo censo demográfico.

TABELA 1
Pessoal Ocupado na Indústria de Mineração e de Transformação do
Nordeste por Classes e Gêneros Industriais
1950—1960

Classes e Gêneros Industriais	1950		1960	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Indústria Extrativa de Produtos				
Minerais	10.140	4,5	15.693	7,0
Indústrias de Transformação	215.953	95,5	208.059	93,0
Alimentos, Bebidas e Fumo	79.206	35,0	72 .857	32,5
Têxtil	80.728	35,8	58.629	26,2
Vestuário e Calçados	7.262	3,2	8.480	3,8
Madeira e Mobiliário	5.023	2,2	10. 586	4,7
Editorial e Gráfica	5.208	2,3	5.309	2,4
Couros e Peles	4.204	1,9	4.609	2,1
Papel e Papelão	716	0,3	1.584	0,7
Borracha	22	0,0	344	0,2
Química	8.704	3,8	12.192	5,4
Minerais não Metálicos	20.130	8,9	25.980	11,6
Metalúrgica	3.184	1,4	3.932	1,8
Mecânica, Material Elétrico e				
Transporte	758	0,3	2.435	1,1
Diversos	808	0,4	1.122	0,5
TOTAL DA INDÚSTRIA	226.093	100,0	223.752	100,0

FONTE: Censo Industrial de 1950 — 1960

Essa redução do pessoal empregado nesses gêneros industriais deveu-se basicamente ao fechamento de várias unidades já obsoletas nos seus processos produtivos e que vinham paulatinamente perdendo a condição de competir com a moderna indústria da região Centro-Sul.

No que se refere ao valor da transformação industrial, a participação do Nordeste caiu de 9,2%, em 1949 para 6,9%, em 1959, demonstrando a incapacidade do setor manufatureiro regional de acompanhar o desenvolvimento do resto do País, notadamente do Centro-Sul, onde a indústria desenvolveu-se com extrema rapidez.

No estágio de desenvolvimento em que se encontrava, a Região dependia, em muito, do setor externo, quer para colocação de sua limitada linha de produtos primários ou semi-industrializados, quer para o suprimento da demanda interna de produtos industrializados.

A tabela 2 evidencia uma baixa relação entre o valor das exportações para o exterior e a renda da Região, no período de 1949 a 1953, decorrente da estabilidade cambial e da grande estiagem de 1951. A reforma cambial, levada a efeito em fins de 1953, fez com que essa relação melhorasse em 1954 e 1955, embora sem ultrapassar o índice atingido em 1948. Outra grande baixa foi registrada em 1956, quando a relação não passou de 7,6%, sendo superior apenas à verificada em 1952.

TABELA 2
Estimativa do Coeficiente de Exportação do Nordeste
1948-56

Anos	Coeficientes (1)		
	Exterior	Interior (resto do país)	Total
1948	14,5	15,9	30,4
1949	8,8	16,0	24,8
1950	9,8	15,8	25,6
1951	9,8	18,1	27,9
1952	5,1	15,8	20,9
1953	7,3	16,3	23,6
1954	11,5	17,3	28,8
1955	13,1	17,6	30,7
1956	7,6	19,5	27,1

FONTE: Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste — GTDN.

NOTA: (1) O coeficiente de exportação é a razão, expressa em percentagem, do valor da exportação sobre a renda.

Já o coeficiente de exportação para o resto do País, conforme demonstra ainda a tabela 2, apresentou um crescimento moderado, passando de 15,9%, em 1948, para 19,5% em 1956.

O setor exportador, representado naquele período, basicamente, pelas exportações de açúcar, algodão, cacau, couros e peles e minérios, desempenhou papel muito importante na economia regional.

Ao setor público também coube tarefa igualmente importante, face aos recursos injetados na Região em montante superior ao arrecadado. Era uma forma de o Governo restabelecer o equilíbrio do fluxo monetário em razão das transferências efetuadas pelo setor privado para fora da Região.

3. O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 60

3.1. Caracterização do Setor Industrial

Entre 1960 e 1972, o setor industrial nordestino apresentou uma participação média de 12,7% na formação da renda regional. Examinando-se a composição da renda a nível estadual, constata-se algumas oscilações significativas entre os estados da Região, podendo-se citar, como exemplo, os Estados do Piauí e de Pernambuco, onde o setor industrial participou com 5 e 17%, respectivamente, para a formação de suas rendas em 1969.

Estima-se que em 1972, a indústria regional tenha participado com, aproximadamente, 15% do total da renda do Nordeste, melhorando assim a sua posição em relação a 1969, que foi de 13%. Enquanto isso, calcula-se que a participação do setor agrícola caiu de 36%, em 1969, para 31% em 1972, e o setor serviços cresceu de 51%, para 54% no mesmo período. Para o Brasil, a estrutura da renda, em 1969, foi a seguinte: 21,5% para a Agricultura, 25,5% para a Indústria e 53% para o setor Serviços, estimando-se que, em 1972, essa composição foi 19,5%, 26,4% e 54,1%, respectivamente.

Quanto à distribuição espacial da renda industrial, nota-se grandes disparidades dentro da Região, observando-se que apenas dois estados, Pernambuco e Bahia, detêm mais de 3/5 daquele valor. O gráfico 1 revela que, entre 1959 e 1969, não houve alterações de grande significado neste particular.

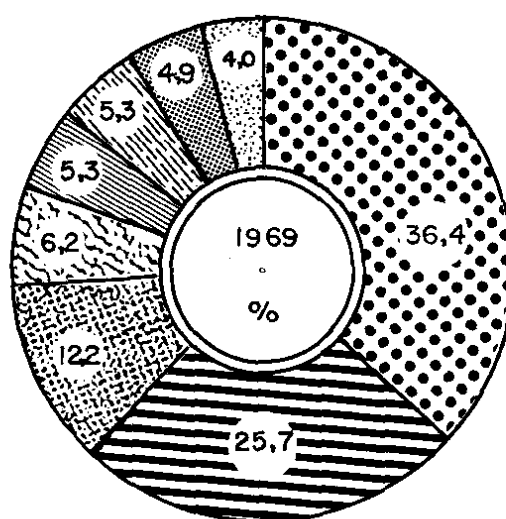
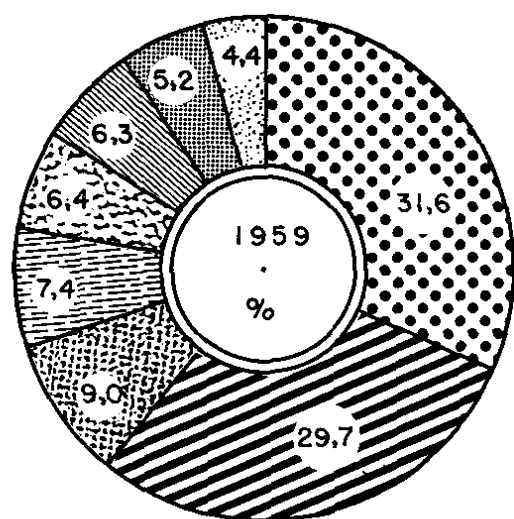
Dentro do setor industrial da Região, o segmento de maior peso é a Indústria de Transformação, que representa cerca de 3/4 da renda gerada. A tabela 3 mostra as principais variações ocorridas na composição da renda do setor secundário a partir de 1960.

TABELA 3
Composição Percentual da Renda do Setor Industrial do Nordeste
1960—1965—1972

Sub-setores	Anos		
	1960	1965	1972
1 — Indústria de Transformação	77,0	75,1	74,5
2 — Serviços Industriais de Utilidade Pública	4,6	8,0	8,3
3 — Indústria de Construção Civil	8,1	6,9	8,7
4 — Indústria Extrativa Mineral	10,3	10,0	8,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: BNB — ETENE

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NA RENDA INDUSTRIAL DO NORDESTE
1959 - 1969



LEGENDA

MARANHÃO
CEARÁ
R.G. do NORTE
PARAÍBA
PERNAMBUCO
ALAGOAS
BAHIA
PIAUI e
SERGIPE

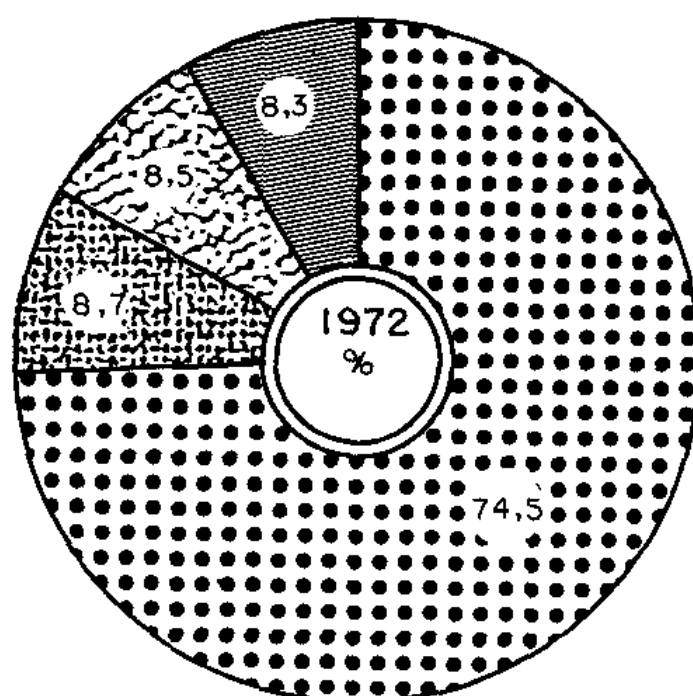


GRÁFICO 1

FONTE: F.G.V.

GRÁFICO 2

ESTRUTURA DA RENDA DA INDÚSTRIA DO NORDESTE SEGUNDO OS SUBSETORES — %



LEGENDA:

Indústria de:

Transformação



Construção Civil



Serv. Ind. de Util. Pub.



Extrativa de Prod. Min.



Agricultura



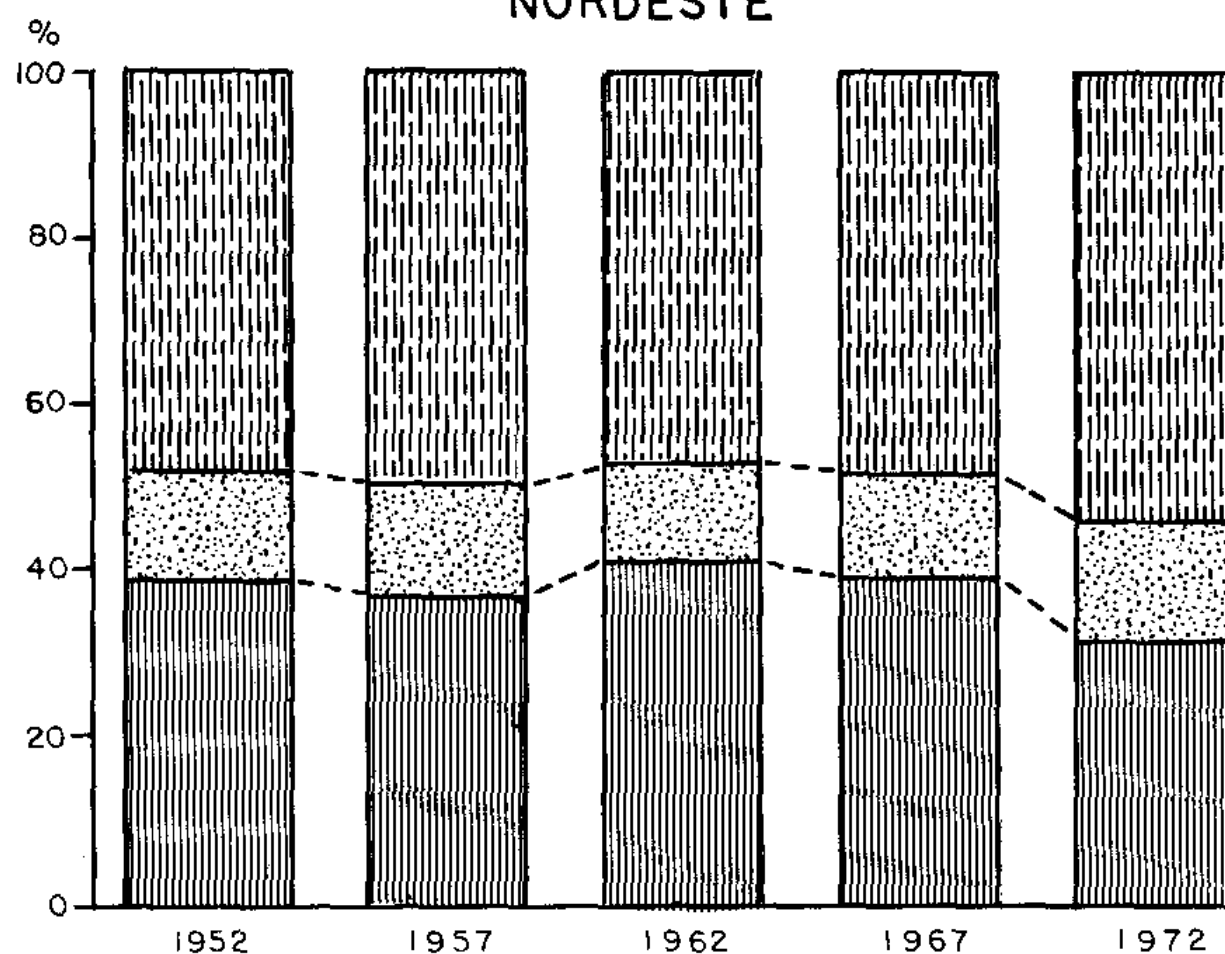
Indústria



Serviços



PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA FORMAÇÃO DA RENDA DO NORDESTE



FONTE: Estimativa BNB/ETENE e FGV

sucupira

Como se pode notar, evidencia-se uma leve perda na posição relativa da indústria de transformação dentro do setor secundário. Tal fato pode ser explicado pelo crescimento mais rápido verificado nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Energia Elétrica), cuja participação passou de 4,6%, em 1960, para 8,3% em 1972, e pelo significativo incremento verificado na Indústria de Construção Civil, mormente a partir de 1965, com a instituição do Plano Nacional de Habitação.

No contexto nacional, a renda da indústria nordestina representa apenas 8,5% da do Brasil (estimativa para 1972), notando-se que essa relação foi ainda inferior à registrada em 1950 (8,9%).

À primeira vista, esses dados sugerem que o programa de industrialização da Região não proporcionou os resultados que dele se esperava, uma vez que o sistema de incentivos fiscais da SUDENE foi instituído no início dos anos 60 e, não obstante isso, praticamente não houve redução nas disparidades existentes entre o País e a Região. Todavia, se se considerar que o desenvolvimento econômico é um fenômeno de longo prazo, o que implica na necessidade de serem criadas pre-condições para motivação e efetivação dos investimentos, não se poderia esperar que o impacto da nova política adotada em relação à Região já se fizesse sentir, em toda sua plenitude, ainda nos anos 60. Mesmo assim, analisando-se o desempenho da economia regional no período 1969/72, vários indicadores econômicos, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, dão mostras de resultados bastante significativos, notadamente no campo da industrialização, que, a partir de 1965, chegou a superar em alguns anos o ritmo de crescimento do País como um todo, como mostra a tabela 1 do anexo.

Com relação à participação da indústria regional no emprego da mão-de-obra, o censo demográfico de 1970 constatou que cerca de 10,6% da população economicamente ativa daquele ano encontravam-se trabalhando no setor industrial (3). A tendência histórica revela que essa participação vem evoluindo, registrando-se em 1940 um percentual de 7,4%, em 1950 de 8,3%, crescendo essa relação em 1960 para 9%, como mostra a tabela 4, onde são apresentados, também, os mesmos dados para o País.

Para 1972, estima-se que, aproximadamente, 953 mil pessoas estavam engajadas em atividades industriais, representando 11% do emprego total e gerando cerca de 15% da renda regional. Enquanto isso, a agricultura, para gerar 31% da renda de 1972, ocupou 61% da população economicamente ativa, ficando o setor serviços responsável por 54% da renda e 28% do emprego total. No que se refere à produtividade média da mão-de-obra nos três setores, o gráfico 3 mostra que a da indústria foi a que apresentou maior índice de crescimento entre 1947 e 1972.

Entre 1960 e 1970, o número de pessoas ocupadas em atividades industriais no Nordeste cresceu a uma taxa de 3,6% a.a., enquanto a população economicamente ativa aumentou a um ritmo anual de 1,9%, evidenciando a maior elasticidade de absorção de mão-de-obra por parte do setor secundário, em relação à economia como um todo. Convém destacar aqui o importante papel que o emprego industrial

(3) Os dados do censo demográfico consideram como empregados na indústria todas as pessoas que realizem atividades enquadradas como industriais, incluindo-se entre estas as atividades artesanais.

TABELA 4
Distribuição da População Economicamente Ativa, Segundo os Setores da Economia, no Nordeste e no Brasil
1940–1950–1960–1970

Atividades	1940		1950		1960		1970	
	Números Absolutos (Em 1.000 pessoas)	%	Números Absolutos (Em 1.000 pessoas)	%	Números Absolutos (Em 1.000 pessoas)	%	Números Absolutos (Em 1.000 pessoas)	%
Nordeste								
Agricultura	3.882,7	75,6	4.132,5	73,8	4.707,7	68,2	5.224,8	62,6
Indústria	380,2	7,4	464,0	8,3	623,2	9,0	887,9	10,6
Serviços	871,8	17,0	1.002,5	17,9	1.574,4	22,8	2.240,7	26,8
Total	5.134,7	100,0	5.599,0	100,0	6.905,3	100,0	8.353,4	100,0
Brasil								
Agricultura	9.725,7	65,9	10.254,2	59,9	12.163,1	53,7	13.090,4	44,3
Indústria	1.518,4	10,3	2.346,9	13,7	2.963,2	13,1	5.295,4	17,9
Serviços	3.514,5	23,8	4.516,3	26,4	7.525,0	33,2	11.171,4	37,8
Total	14.758,6	100,0	17.117,4	100,0	22.651,3	100,0	29.557,2	100,0

FONTE: Fundação IBGE (Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970).

CRESCIMENTO REAL DA RENDA PER CAPITA E DO PRODUTO MÉDIO SETORIAL DO NE

Números Índices : 1947 = 100

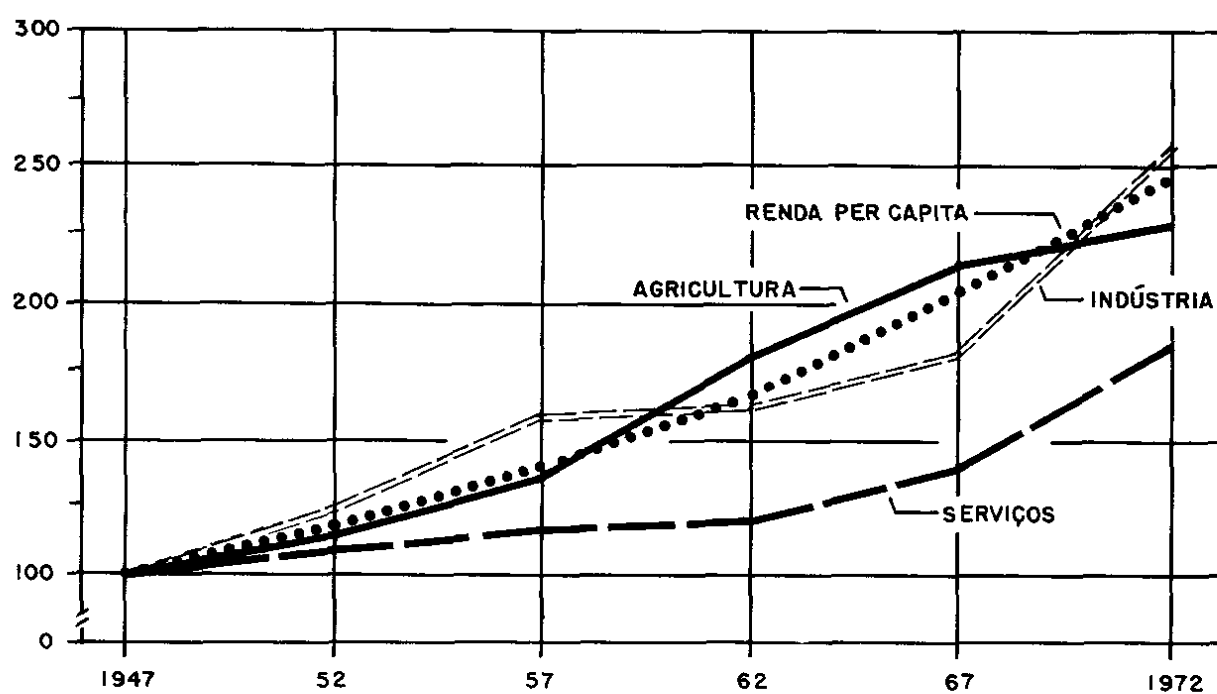


GRÁFICO 3

FONTE: FGV - SUDENE e Censos Demográficos

desempenha no acelerado processo de urbanização por que vem passando a Região. Com o rápido crescimento das populações urbanas, há necessidade de que novas oportunidades de emprego sejam criadas nas cidades, a fim de absorver o crescente contingente de mão-de-obra que afluí aos centros urbanos. Com efeito, entre 1960 e 1970, a população urbana do Nordeste cresceu a uma taxa anual de 4,3%, enquanto a população total aumentou a 2,2% ao ano.

Outro aspecto digno de destaque no processo de desenvolvimento do Nordeste é o que diz respeito a seu comércio com o exterior, notando-se razoável diversificação na pauta de exportações, com uma crescente participação de produtos industrializados. Tradicionalmente exportadora de produtos primários, a Região vem, gradativamente, aumentando as exportações de bens manufaturados, sobretudo aqueles provenientes de fábricas novas implantadas com o apoio dos incentivos fiscais, como calçados, confecções e artigos eletrônicos.

Em síntese, pode-se dizer que o processo de industrialização da Região, em que pesem as limitações da Área, vem-se desenvolvendo em ritmo satisfatório, pois o impacto da nova política só se fará sentir, em toda sua plenitude, ao longo dos anos 70, como já se pode notar pelos resultados obtidos em 1971 e 1972. Assim, a década de 60 poderia ser considerada como o período necessário para o lançamento das bases (criação de infraestrutura, mudança de mentalidade empresarial, etc.), sobre as quais se assentarão não só o programa de industrialização, mas também a execução do planejamento elaborado para desenvolver a economia regional como um todo.

3.2. Crescimento e Mudanças Estruturais já Ocorridas

Como já foi salientado no item anterior, a década de 60 pode ser considerada como a fase de preparação da Região para receber os investimentos privados, razão por que não se poderia esperar grandes resultados nesse período. Deve-se levar em conta ainda que o primeiro quinquênio da década foi caracterizado por uma fase de lento crescimento não apenas para a indústria regional, mas para a economia brasileira como um todo. Apesar disso, o desempenho da indústria nordestina registrado no último quinquênio já evidencia os primeiros efeitos da nova instrumentação política posta em prática para desenvolver economicamente a Região.

Assim, para se analisar o comportamento do setor secundário regional a partir de 1960, mister se faz dividir a década em dois períodos distintos. O primeiro, compreendido entre 1960 e 1965, quando o PIB da indústria cresceu a uma taxa de, aproximadamente, 5,4% ao ano, e o segundo, a partir do final daquele quinquênio, quando começou a tendência de franca recuperação do setor, registrando-se um incremento cumulativo anual de 10,2%, entre 1965 e 1969. Para um período mais recente, esse crescimento do setor industrial do Nordeste foi ligeiramente superior ao ocorrido a partir de 1965, registrando-se, entre 1971 e 1973, um incremento de 13,4% a.a., enquanto a economia regional, em conjunto, cresceu a 9,8% a.a. Essas taxas sugerem que a indústria tende, efetivamente, a se tornar o elemento dinâmico da economia nordestina na década de 70, apresentando uma elasticidade de crescimento bem superior à economia regional como um todo (ver tabela 5).

A seguir, será feita uma análise do desempenho dos quatro segmentos que compõem o setor industrial.

3.2.1. Indústria de Transformação (4)

Este subsetor industrial responde, atualmente, por cerca de 3/4 do produto da indústria nordestina, apresentando entre 1959 e 1969 um crescimento cumulativo de 5,2% a.a. (5).

No período 1967–69, esse incremento foi da ordem de 11,6% ao ano, evidenciando os primeiros resultados do programa de industrialização da SUDENE. Em que pese a franca recuperação desse segmento industrial do Nordeste a partir de 1967, a sua participação em relação ao do País foi insignificante em 1969, não indo além de 5,8%. Convém salientar que essa relação vinha caindo desde 1949, quando o valor da transformação industrial do Nordeste alcançou 9,2% do total do Brasil, reduzindo-se em 1959 para 6,9%.

Essa perda de posição do Nordeste em relação ao Brasil deve-se, antes, ao excepcional crescimento da indústria de transformação nacional, do que a um fraco desempenho deste segmento industrial da Região. Com efeito, nos anos 50, a indústria brasileira foi grandemente impulsionada pelo processo de substituição de importações. A região Centro-Sul, por possuir uma infraestrutura favorável para os investimentos industriais, foi a grande beneficiada com o processo, usufruindo ainda, para alicerçar o crescimento do seu parque manufatureiro, das divisas geradas pelo Nordeste com suas exportações de produtos primários. Durante a década de 60, a indústria de transformação nacional continuou a crescer mais rapidamente que a do Nordeste, aumentando ainda mais a distância entre os níveis de industrialização do País, como um todo, e os da Região.

Somente no período 1967–69 houve equilíbrio entre as taxas de crescimento verificadas para o País e para a Região, conforme mostra a tabela a seguir.

Quanto à estrutura da Indústria de Transformação do Nordeste, já se verificaram importantes modificações ao longo da década de 60. Com efeito, em 1959, os gêneros tradicionais respondiam por 70% do valor da transformação industrial; em 1969, esse percentual caiu para 60%, aumentando, conseqüentemente, a participação dos gêneros dinâmicos de 30% para 40%.

(4) Para a análise da Indústria de Transformação, só se dispõe de dados até 1969, que são aqueles publicados pelo IBGE-DEICOM (Produção Industrial). Deve-se registrar, ainda, que as informações relativas a 1967 e 1969, constantes da Produção Industrial, foram adaptadas (completadas para 100%), para torná-las comparáveis aos dados dos censos econômicos, pois a pesquisa do DEICOM corresponde a apenas 90% do Valor da Transformação Industrial.

Para se efetuar o cálculo das taxas de crescimento real, os valores foram colocados a preços de 1972, utilizando-se para isso o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. É possível que esse procedimento metodológico introduza alguma margem de erro, tendo em vista as modificações de preços relativos verificadas para a indústria nordestina e para a economia do País como um todo.

(5) As taxas de crescimento aqui analisadas foram calculadas em relação ao valor da transformação industrial.

TABELA 5

**Taxas de Crescimento do Produto Interno Bruto da Indústria e do
Produto Interno Bruto Total do Nordeste**

Períodos	Nordeste	
	PIB da Ind.	PIB
1960-65	5,4	5,4
1960-69	7,5	6,5
1960-72	8,3	6,4
1965-69	10,2	7,9
1971-73	13,4	9,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: SUDENE

TABELA 6

**Taxas Geométricas de Crescimento Anual do Valor
da Transformação Industrial no Nordeste e no Brasil**

Períodos	Nordeste	Brasil
1949-59	5,0	8,1
1959-69	5,2	7,0
1967-69	11,6	11,7

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: IBGE — Censo
Econômico — 1950 e 1960 e Produção Industrial -
1967 e 1969

Pela análise da Tabela 7 pode-se notar que as indústrias tradicionais crescem a taxas inferiores às da indústria de transformação como um todo, enquanto o grupo dos gêneros dinâmicos, em confronto com o crescimento da indústria manufatureira, apresenta uma elasticidade de crescimento bem superior à unidade.

Essa característica torna-se mais nítida no período 1967–69, quando os gêneros dinâmicos cresceram a um ritmo anual de 21,5% e a indústria de transformação como um todo evoluiu a 11,6% a.a. Enquanto isso, os gêneros tradicionais registraram, no mesmo período, uma taxa de crescimento anual de 6,1%.

Alguns gêneros, a despeito da franca recuperação da indústria de transformação como um todo, a partir de 1967, apresentaram fraco desempenho durante toda a década de 60, registrando-se mesmo algumas taxas negativas, como é o caso dos gêneros Couros e Peles, Diversos e Papel e Papelão. O gênero Têxtil apresentou um crescimento médio anual inferior a 2%, entre 1959 e 1969.

Tal fato é explicado pelo fechamento, ao longo da década, de várias unidades pertencentes a esses gêneros industriais, as quais, em razão do total obsolescência de seus equipamentos, além da marginalização de seus dirigentes às novas técnicas de administração, ficaram sem condições de competir com os produtos fabricados no Sul do País. Nos últimos anos, porém, esses gêneros vêm apresentando sensíveis modificações nos seus processos de produção (6), com o surgimento de novas unidades de alto nível tecnológico e com o programa de modernização de várias unidades que já se encontravam em funcionamento. Com isso, acredita-se que esses gêneros industriais, ao longo da década de 70, modifiquem substancialmente aquela tendência verificada até 1969 e se engajem no ritmo de crescimento que a indústria de transformação vem apresentando a partir de 1967.

No grupo das indústrias dinâmicas, três gêneros merecem destaque especial pelo excelente desempenho apresentado entre 1967 e 1969: Química, Metalúrgica e o que engloba os ramos Mecânica, Material Elétrico, Material de Comunicações e Material de Transportes. Todos três apresentaram, naquele período, taxas de crescimento anual superiores a 22%. Dentro do gênero Química, destaca-se o ramo da petroquímica, que teve ponderável importância no acelerado ritmo de crescimento daquele gênero industrial.

Embora as modificações já ocorridas evidenciem uma melhoria no nível de industrialização da Região, o valor da transformação industrial encontra-se ainda bastante concentrado em apenas dois gêneros tradicionais (Alimentos, Bebidas e Fumo e Têxtil), que em 1969 responderam por cerca de 52% do Valor da Transformação. Note-se que em 1949 esses dois gêneros chegaram a representar cerca de 78,4% do Valor da Transformação, ou seja, quase 4/5 daquele valor.

Outra modificação de natureza qualitativa, igualmente relevante para a indústria de transformação da Região, diz respeito a sua estrutura produtiva por usos.

Para essa análise, os diversos gêneros industriais foram agrupados em três grandes categorias:

1) Bens de Consumo não Durável;

(6) De acordo com projetos já aprovados pela SUDENE para a Indústria de Transformação e que começaram a se implantar a partir de 1969.

TABELA 7
Estrutura Percentual do Valor da Transformação Industrial no Nordeste e no Brasil, Participação do Nordeste sobre o Brasil e Taxas de Crescimento, Segundo os Gêneros
1949-1959-1969

Gêneros	NORDESTE			BRASIL			(NE/BR) %			NORDESTE		
	Estrutura Percentual			Estrutura Percentual						Taxas Geométricas de Crescimento		
	1949	1959	1969	1949	1959	1969	1949	1959	1969	1949-59	1959-69	1967-69
TRADICIONAIS	86,3	69,9	59,9	63,9	47,4	39,5	12,4	10,2	8,8	2,8	3,6	6,1
01. Alimentos, Bebidas e Fumo	43,2	35,7	34,5	26,4	20,6	17,1	15,0	12,0	11,7	3,0	4,8	6,9
02. Têxtil	35,2	24,1	17,1	19,6	12,0	10,1	16,4	13,9	9,8	1,1	1,6	3,5
03. Vest. e Calçados	1,8	2,2	2,6	4,3	3,6	2,8	3,9	4,3	5,3	7,3	6,9	18,5
04. Madeira e Mobiliár.	1,7	3,3	2,5	6,4	5,4	4,2	2,4	4,2	3,5	12,4	2,3	16,3
05. Couros e Peles	2,0	2,3	0,7	1,3	1,1	0,6	13,8	14,5	6,0	6,6	-7,2	-12,4
06. Editorial e Gráfica	2,1	1,9	2,3	4,0	3,0	3,0	4,9	4,4	4,4	3,7	7,2	3,5
07. Diversos	0,3	0,4	0,2	1,9	1,7	1,7	1,5	1,5	0,7	7,0	-0,5	-17,6
DINÂMICOS	13,7	30,1	40,1	36,1	52,6	60,5	3,5	3,9	3,8	13,6	8,2	21,5
08. Min. não Metálicos	5,3	8,1	10,2	7,2	6,6	5,8	6,8	8,5	10,2	9,6	7,6	18,5
09. Papel e Papelão	0,5	1,8	0,9	2,3	3,0	2,7	1,9	4,1	2,0	20,0	-1,2	-8,7
10. Borracha	0,0	0,3	0,4	1,9	2,9	2,1	0,2	0,7	1,1	27,7	8,0	11,9
11. Química	5,9	16,7	18,5	9,3	13,3	17,6	5,7	8,6	6,1	16,6	6,2	22,6
12. Metalúrgica	1,7	2,1	5,1	9,4	11,8	11,4	1,7	1,2	2,6	7,1	15,1	29,5
13. Mecânica, Material Elétrico, Comunicações e Transportes	0,3	1,1	5,0	6,0	15,0	20,9	0,5	0,5	1,4	19,5	22,1	26,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	9,2	6,9	5,8	5,0	5,2	11,6

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Econômicos de 1950 e 1960 e Produção Industrial - 1967 e 1969 (IBGE).

TABELA 8
Estrutura do Produto Industrial por usos no Nordeste e no Brasil, e Participação do Nordeste em Relação ao Brasil
1949–1959–1969
(Em %)

Categorias de Indústria	1949		1959		1969		Participação Relativa Nordeste/Brasil (%)		
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	1949	1959	1969
Bens de Consumo não Durável	86,3	62,0	69,5	45,6	59,7	37,8	12,7	10,5	9,1
Bens Intermediários	13,1	30,1	29,0	37,6	35,1	39,6	4,0	5,3	5,1
Bens de Capital e de Consumo Durável	0,6	7,9	1,5	16,8	5,2	22,6	0,7	0,6	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	9,2	6,9	5,8

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censos Econômicos de 1950 e 1960 e Produção Industrial de 1969 — IBGE.

- 2) Bens Intermediários; e
- 3) Bens de Capital e de Consumo Durável.

O exame da tabela 8 revela o aumento da participação dos bens de capital e de consumo durável e intermediários, e a perda de posição relativa dos bens de consumo não durável. De fato, em 1959, cerca de 69,5% do Valor da Transformação Industrial do Nordeste estavam concentrados em bens de consumo não durável; em 1969, essa participação caiu para 59,7% favorecendo, conseqüentemente, a evolução dos dois outros grupos que, em conjunto, aumentaram sua participação de 30,5% para 40,3% no mesmo período (ver gráfico 4).

Em que pese essa modificação de estrutura produtiva segundo os usos, a Região encontra-se ainda bem distante da estrutura registrada para o País, principalmente no que se refere à participação dos bens de capital e de consumo durável, como mostra a tabela 8.

Com relação à distribuição espacial do valor da transformação industrial da Região, em 1969, constatou-se que cerca de 3/4 estavam concentrados em apenas três estados: Pernambuco (42,7%), Bahia (19,7%) e Ceará (11,9%), ficando os 25,7% restantes distribuídos entre os demais estados.

Emprego — As informações estatísticas existentes sobre emprego na Indústria de Transformação não permitem uma análise satisfatória sobre o seu comportamento ao longo da década, pois, à época da elaboração do presente trabalho, os dados do Censo Econômico de 1970 ainda não haviam sido divulgados.

As informações mais recentes disponíveis são as publicadas através da Produção Industrial (IBGE—DEICOM), para o período 1966—69. Todavia, as mesmas não são comparáveis às do Censo Econômico de 1960, tendo em vista que englobam apenas 90% do valor da produção industrial, não se sabendo qual a proporção em relação ao volume da mão-de-obra ocupada. Pelos dados do Censo de 1960, em 31-12-59, a Indústria de Transformação do Nordeste empregava cerca de 208.000 pessoas, enquanto que os dados da Produção Industrial registraram em 1969, 193.831 pessoas.

Desse modo, face à impossibilidade de se realizar uma análise comparativa entre os dados do Censo e os da Produção Industrial, o exame das informações limitar-se-á apenas ao período 1966—69, de vez que, para esses anos, os critérios de coleta dos dados foram semelhantes. Resalte-se, todavia, que a análise é válida apenas para indicar a tendência do emprego, pois os valores absolutos correspondem apenas a uma amostra, provavelmente inferior a 90% do total real (7).

(7) Como os estabelecimentos não abrangidos pelos dados da Produção Industrial correspondem a pequenas unidades, é de se supor que os seus níveis de produtividade de mão-de-obra sejam inferiores aos dos estabelecimentos incluídos na amostra do IBGE—DEICOM. Por isso, estima-se que a proporção da mão-de-obra necessária para gerar os 10% restantes de valor da produção seja superior a essa percentagem, embora não se tenha uma idéia da sua magnitude.

COMPOSIÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO NE, SEGUNDO OS USOS
1949 - 1959 - 1969

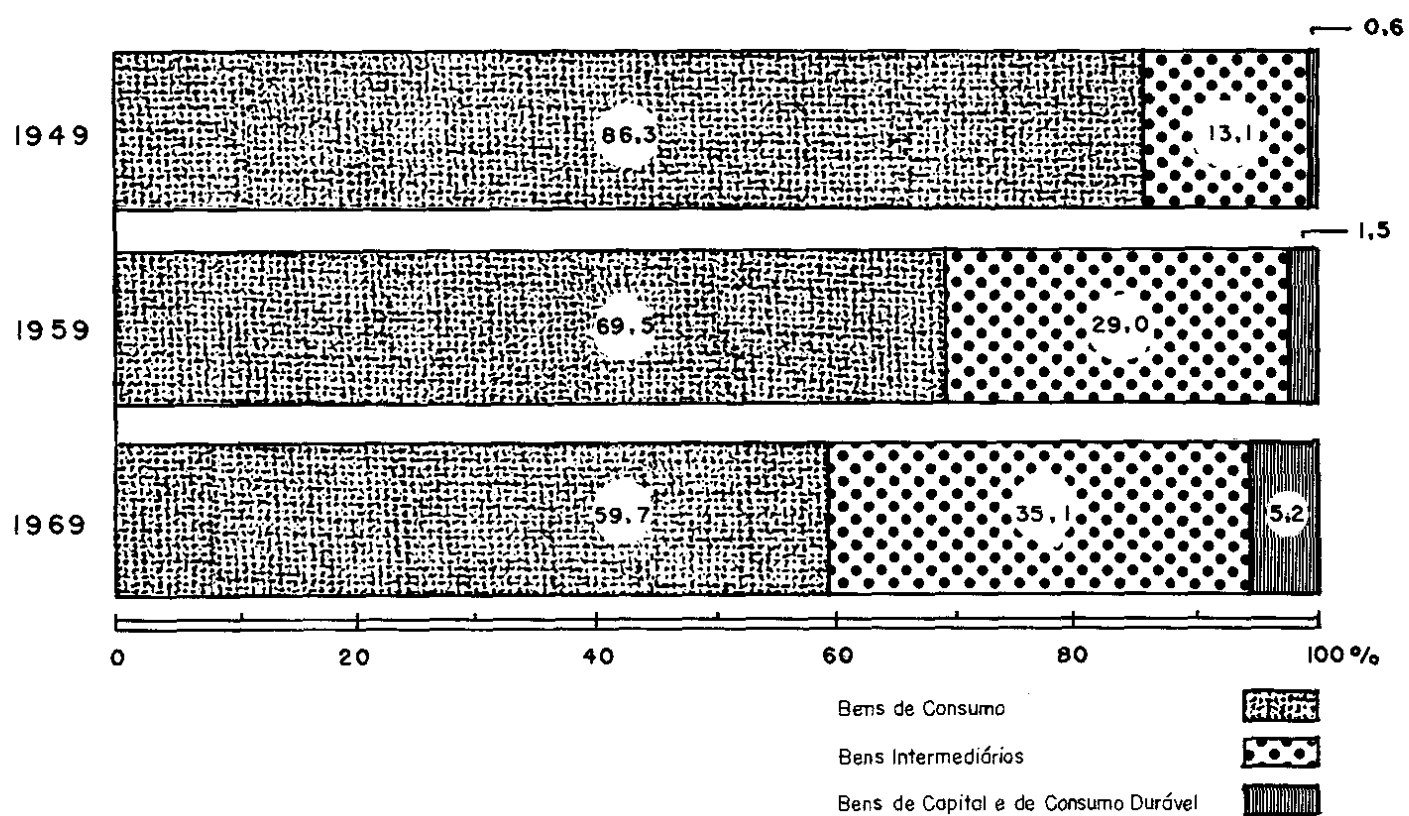


GRÁFICO 4

FONTE: Censo Industrial 1950, 1960 e Prod. Industrial 1969

Como se pode ver pela tabela 10, 71,4% da mão-de-obra empregada na Indústria de Transformação, em 1969, pertenciam aos gêneros tradicionais, dentre os quais se destacam Alimentos, Bebidas e Fumo e Têxtil, responsáveis por cerca de 3/5 do emprego total. Considerando-se o período 1966-69, a taxa média de incremento do emprego neste segmento da indústria foi de apenas 1,7%, inferior, portanto, à taxa de crescimento demográfico registrada na década de 60 (2,2% ao ano). Ressalte-se, no entanto, que essa taxa média foi grandemente influenciada pela oscilação havida entre 1966 e 1967, quando o emprego sofreu uma redução de 3,6%. Já a partir de 1968 o ritmo tem-se apresentado bem superior à média do período 1966-69, notadamente nos gêneros dinâmicos, onde se registraram incrementos anuais superiores a 10% (ver tabela 9).

Se comparada com a mão-de-obra empregada na Indústria de Transformação do Brasil, a participação da Região alcança 9,5%. Como o valor da transformação industrial do Nordeste corresponde a apenas 5,8% do total nacional, conclui-se pela baixa produtividade de mão-de-obra nordestina empregada neste subsetor, em relação à do País.

3.2.2. Indústria de Construção Civil.

Ao final da década passada este subsetor industrial participou com, aproximadamente, 8,5% da renda gerada pelo setor secundário, tendo contribuído ainda com parcela substancial do total de empregos gerados no Nordeste urbano. Com efeito, no período 1967-69 este segmento da indústria regional foi responsável por cerca de 1/3 do total de empregos criados na zona urbana da Região.

A acentuada expansão experimentada por esse subsetor industrial, a partir de 1965, deveu-se basicamente à instituição do Plano Nacional de Habitação pelo Governo Federal. Além disso, os investimentos públicos na Área foram grandemente ampliados, o que pode ser demonstrado pelo aumento verificado em estradas (600% em rodovias pavimentadas entre 1959 e 1970), portos, aeroportos, instalações escolares etc. Em termos mais concretos, esses investimentos cresceram a uma taxa anual superior a 10%, entre 1960 e 1970 (8).

Em razão dos elevados deficits habitacionais ainda vigentes, estima-se que o mercado para construção no Nordeste esteja representado em cerca da metade pelo setor habitacional, 30% pelas obras públicas e o restante pelas edificações industriais, comerciais e de serviços.

Entre 1966 e 1969, de acordo com os dados do BNH, foram construídas, através de contratos e convênios celebrados por aquela Instituição, mais de 200 mil novas habitações.

Outro indicador bastante representativo do acelerado ritmo de crescimento desse subsetor regional é o consumo de cimento. De fato, entre 1962 e 1972, o consumo aparente de cimento da Região evoluiu a uma taxa cumulativa anual de 9,8%, enquanto que para o Brasil com um todo esse incremento alcançou apenas 8,5% ao ano. Esse maior crescimento da Região em relação ao Brasil torna-se mais

(8) SUDENE (Publicação: "10 anos de SUDENE").

TABELA 9
Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação do Nordeste e Taxa de Crescimento Anual
1966–69

Especificação	1966	1967		1968		1969		Taxa geom. de cresc. 1966–69
	Nº de pessoas (Em 1.000)	Nº de pessoas (Em 1.000)	Taxa de inc. anual (%)	Nº de pessoas (Em 1.000)	Taxa de inc. anual (%)	Nº de pessoas (Em 1.000)	Taxa de inc. anual (%)	
Indústria de Transformação	184,5	177,8	– 3,6	187,2	5,3	193,9	3,5	1,7
– Gêneros Tradicionais	140,9	133,7	– 5,1	137,4	2,7	138,3	0,6	– 0,6
– Gêneros Dinâmicos	43,6	44,1	1,1	49,8	13,1	55,6	11,5	8,4

FONTE: Produção Industrial – 1966–69 (IBGE–DEICOM).

TABELA 10
Estrutura Percentual do Pessoal Ocupado na
Indústria de Transformação do Nordeste (*)
1959—1969

Gêneros Industriais	1959	1969
TRADICIONAIS	77,5	71,4
Alimentos, Bebidas e Fumo	34,9	37,3
Têxtil	28,1	21,3
Vestuário e Calçados	4,1	4,0
Madeira e Mobiliário	5,1	4,2
Couros e Peles	2,2	1,0
Editorial e Gráfica	2,6	3,2
Diversos	0,5	0,4
DINÂMICOS	22,5	28,6
Minerais não Metálicos	12,5	10,6
Papel e Papelão	0,8	1,2
Borracha	0,2	0,5
Química	5,9	8,4
Metalúrgica	1,9	4,4
Mecânica	1,2	3,5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Censo Industrial de 1960 e Produção Industrial de 1969.

(*) Admite-se que, para efeito apenas de análise das estruturas, os dados do Censo Econômico e os da Produção Industrial possam ser confrontados.

relevante quando se sabe que, naquele período, várias obras de grande vulto, como a Ponte Rio-Niteroi, Transamazônica, etc., estavam sendo executadas em outras regiões do País e contribuindo para elevar substancialmente o nível de consumo nacional.

Dividindo-se o período em análise em duas etapas (1962–65 e 1965–72), pode-se notar a grande diferença nos seus ritmos de crescimento, com a taxa da segunda etapa sendo superior ao dobro da registrada entre 1962 e 1965. Para os últimos anos do período em exame (1969–72), essa taxa alcançou 14,1% ao ano, contra 12,2% para o Brasil, como mostra a tabela 11. Note-se ainda, na mesma tabela, o equilíbrio verificado entre os ritmos de crescimento do consumo e da produção, a partir de 1965.

3.2.3. Indústria Extrativa Mineral

Este segmento da indústria vem contribuindo nos últimos anos, com, aproximadamente, 10% para a formação da renda do setor secundário regional.

A despeito da presença de taxas negativas registradas no período 1964–66 e de uma série de fatores adversos, como a deficiência de pesquisas básicas, processos rudimentares de lavra e beneficiamento, condições inadequadas de financiamento, etc., esta classe industrial apresentou um crescimento médio anual de, aproximadamente, 9%, entre 1959 e 1969. (9). Convém ressaltar que, de acordo com levantamento feito pela SUDENE, essa taxa elevou-se para 15,8% no período 1965–69, o que evidencia o grande impulso que a indústria de mineração do Nordeste vem apresentando nos últimos anos.

Para se ter uma idéia mais precisa da importância do Nordeste no contexto da economia mineral brasileira, citam-se, a seguir, os minerais que contribuíram, em volume, com mais de 50% da produção nacional no decênio 1959–68 (10)

Petróleo	100,0%
Tungstênio	100,0%
Bário	100,0%
Magnesita	100,0%
Gipsita	96,4%
Amianto	93,2%
Fosforita	92,5%
Cloreto de Sódio	86,0%
Cromo	81,0%
Chumbo	65,6%

Mencione-se, ainda, a potencialidade da Região em relação a outros minerais ainda não explorados, como o cobre, potássio e betonita, com jazidas já identificadas através de pesquisas.

(9) Incluindo-se a exploração de petróleo e gás natural.

(10) BNB/ETENE — Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980 — Mineração (Diniz Xavier de Andrade).

TABELA 11**Produção e Consumo Aparente do Cimento, no Nordeste e no Brasil.****Taxas anuais de crescimento****1962-72**

Períodos	Produção		Consumo Aparente	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
1962-65	1,6	3,5	5,5	3,8
1962-72	8,8	8,4	9,8	8,5
1965-72	12,0	10,6	11,7	10,5
1967-72	14,6	12,2	14,1	12,2

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

Outro aspecto importante a destacar diz respeito à expressão mineral da Região que, em 1969, alcançou 5,57, superando a do Brasil, que foi de 4,68. Isso equivale a dizer que o Nordeste tem maior capacidade que o País como um todo para suprir a demanda regional dos dez minerais eleitos como essenciais a uma economia industrial. Os dez elementos considerados no cálculo da expressão mineral são: cobre, ferro, carvão, petróleo, gás natural, urânio, enxofre, fosfato, potássio e calcário. (11).

De acordo com o trabalho específico sobre Mineração, "ocorrem no Nordeste as condições naturais para a implantação de alguns complexos industriais com a utilização de matérias-primas minerais". (12).

Dentre esses complexos são citados:

- a) Complexo petroquímico da Bahia
- b) Complexo mineral petroquímico de Sergipe
- c) Complexo mineral petroquímico de Alagoas
- d) Complexo de fertilizantes
- e) Complexo salineiro, com aproveitamento das águas-mães das salinas da costa setentrional do Rio Grande do Norte.

(11) O cálculo da expressão mineral se refere ao conjunto dos dez minerais, pois, para alguns minerais isoladamente, como ferro, carvão e enxofre, ao nível das informações de 1969, a Região apresenta carência.

(12) Diniz Xavier de Andrade
Op. cit. 10

Com a criação da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e do Fundo de Pesquisa de Recursos Naturais do Nordeste (FURENE), da SUDENE, é de se supor que muitos dos obstáculos constatados no passado sejam superados, possibilitando, assim, um melhor e mais regular desempenho deste segmento da indústria nos próximos anos.

No que se refere a pesquisas, deve-se mencionar os trabalhos realizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, SUDENE, PETROBRÁS, Universidades e particulares, que estão possibilitando um melhor conhecimento do potencial mineralógico da Região.

3.2.4. Indústria de Energia Elétrica

No começo da década de 60 esse subsetor contribuiu com apenas 4,6% para a formação da renda do setor secundário e, ao final, registrou uma participação de aproximadamente 8%. Essa melhoria na sua posição relativa dentro do setor industrial revela que este segmento cresceu a um ritmo bem mais acelerado do que todo o setor secundário. De fato, entre 1961 e 1971, a produção de energia elétrica na Região cresceu a uma taxa anual de 12,6%, enquanto a indústria como um todo a uma taxa de, aproximadamente, 8%.

Dividindo-se o período em duas etapas, como mostra a tabela 12, pode-se notar o melhor desempenho deste subsetor industrial a partir de 1965, quando se registrou um crescimento anual de 13,3% entre 1965 e 1971, enquanto a taxa no período 1961-65 foi de 11,5%.

TABELA 12
Produção Total e Consumo Industrial de Energia Elétrica, no
Nordeste e no Brasil
Taxas anuais de crescimento
1961-71

Períodos	Produção Total		Consumo Industrial	
	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil
1961/65	11,5	5,4	8,5	5,1
1961/71	12,6	7,6	12,6	8,3
1965/71	13,3	9,2	15,5	10,5
1969/71	13,9	10,6	20,1	13,1

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Anuário Estatístico do Brasil — IBGE e Serviços de Estatística do Ministério de Minas e Energia.

Confrontando-se a produção de energia elétrica do Nordeste com a do Brasil, constata-se que o primeiro vem crescendo mais rapidamente que o segundo, neste particular (ver tabela 12). O excelente desempenho desse subsetor industrial da Região contribuiu, ainda, juntamente com as Indústrias de Construção Civil e Extrativa Mineral, para evitar que as disparidades existentes entre o País e a Região, no tocante a Indústria, se ampliassem, compensando assim a perda de posição da Indústria de Transformação regional em relação à do País (de 6,9% em 1959, para 5,8% em 1969).

Com o seu sistema hidroelétrico formado pela CHESF e COHEBE, o Nordeste produziu em 1971 cerca de 4.622 mil MWh, o que representou um acréscimo de 226% em relação à produção de 1961. Enquanto isso, a produção nacional passou de 24.405 mil MWh para 50.988 mil MWh, proporcionando um aumento de 109%, no mesmo período. Com isso a Região teve a sua participação, em relação ao País, sensivelmente melhorada no período, passando sua produção de energia elétrica a representar, em 1971, cerca de 9% do total nacional, quando em 1961 essa relação não foi além de 5,8%.

Ressalte-se ainda a regularidade no comportamento desse subsetor, notadamente no período 1967–71, quando manteve um crescimento médio anual variando entre 13,5 e 14,5%.

No anexo consta uma tabela com informações mais detalhadas sobre produção de consumo industrial de energia elétrica no Nordeste e no Brasil.

3.3. A Importância dos Incentivos Fiscais para a Região

A industrialização nordestina perdia, gradativamente, significado, afastando-se cada vez mais do nível alcançado pelo parque manufatureiro do País. Era necessário criar condições atrativas para os investimentos naquele setor, a fim de possibilitar seu crescimento acelerado. Definiu-se, desse modo, uma política de industrialização regional, baseada em, pelo menos, dois pontos básicos:

- a) montagem de infraestrutura, notadamente nos setores de energia elétrica, saneamento e transportes; e
- b) criação de estímulos fiscais e financeiros capazes de despertar o interesse dos empresários em investir no Nordeste.

Assim é que, ao lado da ação direta do Setor Público na preparação do capital social básico, colocou-se em funcionamento uma série de incentivos, dentre os quais, cabe mencionar aquele que tem origem nos descontos de 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas, isto é, o sistema dos artigos 34 e 18.

O efeito primordial da instituição dos incentivos foi, precisamente, chamar a atenção do País para as oportunidades existentes no Nordeste, de modo a induzir os empresários a tomar decisões de aqui realizar investimentos. Esse aspecto do problema adquire significado especial na medida em que se atente para o fato de que é extremamente difícil manipular-se instrumentos eficientes de ativação do processo de crescimento industrial quando se trata de uma região. Isso porque os principais instrumentos, adotados normalmente para desenvolver o segmento industrial de dimensão nacional, não são adaptáveis às políticas regionais.

Um outro elemento importante foi a mobilização de recursos extra-regionais, representando um fluxo permanente de meios financeiros. É conveniente lembrar que, além das quantias deduzidas do imposto de renda, aquela fonte é ampliada pelas entradas de recursos próprios dos grupos empreendedores, quando são de fora da Área, segundo sistemática dos artigos 34 e 18, que exige uma contrapartida proporcional do aporte de recursos dos incentivos fiscais. Essa participação varia conforme escala de prioridade estabelecida pela SUDENE na execução de seu programa industrial, podendo chegar até a 70% da inversão total, fixando o mínimo de 25%. Não há informações disponíveis suficientes para calcular-se, com precisão, a massa de recursos carreados para o Nordeste por meio dos próprios empresários de outras regiões, mas admite-se que seja significativa.

O programa de industrialização, como elemento componente da política global traçada para o Nordeste, estimulou a mudança de mentalidade dominante nos grupos mais representativos da sociedade, criando expectativas de desenvolvimento e induzindo o surgimento de novos empresários.

TABELA 13
Sistema 34/18 – Depósitos e Liberações
Em Cr\$ 1.000 (preços correntes)
1962–72

Anos	Depósitos	Liberações
1962	5.670	13
1963	7.708	227
1964	37.905	5.408
1965	149.383	8.541
1966	228.956	46.205
1967	351.108	178.744
1968	456.963	325.150
1969	682.375	491.597
1970	859.270	732.367
1971	777.672	854.226
1972	820.616	912.204
Total	4.377.626	3.554.682

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: BNB – DEFIN

A aplicação do sistema de incentivos fiscais para o caso do Nordeste vem-se revelando bastante eficaz e, no espaço de pouco mais de uma década após a sua instituição, já começa a evidenciar resultados bastante significativos, como mostra a análise dos ítems anteriores e o estudo das perspectivas constantes nos ítems que se seguem.

De acordo com os dados constantes da tabela VII do anexo, até 1972 somente a indústria de transformação havia sido beneficiada com a aprovação de 800 projetos pela SUDENE, proporcionando a criação de quase 129 mil oportunidades de empregos diretos. Demonstra ainda o mesmo quadro que esses projetos aprovados necessitam de recursos da ordem de Cr\$ 13.651 milhões (preços de 1972) para serem implementados. Considerando-se que, aproximadamente, 48,5% desse investimento deverão ser financiados pelo sistema 34/18, estima-se em Cr\$ 6.621 milhões o montante dos recursos requeridos, através do referido sistema, para o atendimento das necessidades de capital apenas para os projetos da indústria de transformação aprovados até aquele ano. No tocante à movimentação dos recursos oriundos desse mecanismo fiscal, até dezembro de 1972 haviam sido depositados no BNB, em favor do sistema 34/18, recursos da ordem de Cr\$ 4.378 milhões (preços correntes) e liberado para as empresas por eles beneficiadas (13) o montante de, aproximadamente, Cr\$ 3.555 milhões (preços correntes). No período que vai de 1967 a 1972, época em que o sistema tornou-se mais dinâmico, foram recolhidos 90,2% dos incentivos destinados à SUDENE desde a sua criação e efetuadas 98,3% das liberações totais (ver tabela 13).

(13) Liberações realizadas para projetos de todos os setores da economia e não apenas para a Indústria.

4. PERSPECTIVAS DO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 70

4.1. Indústria de Transformação

Entre 1960 e 1972, foram aprovados pela SUDENE cerca de 800 projetos industriais, totalizando investimentos da ordem de Cr\$ 13,7 bilhões a preços de 1972. Como cerca de 88% dessa cifra se referem a aprovações do período 1967 a 1972, e admitido um prazo médio de maturação dos projetos em torno de 5 anos, contados a partir do ano de aprovação, conclui-se que o impacto da política de industrialização do Nordeste far-se-á sentir com maior intensidade na década em curso.

Assim, a análise sobre as perspectivas de crescimento da indústria de transformação está baseada nas repercussões dos projetos aprovados pela SUDENE entre 1967 e 1972 (14) e dos investimentos aprovados pelo GEIQUIM para a indústria química, até 1971, sobre o parque industrial pré-existente. Os dados disponíveis só deram condições para se fazer estimativas, com uma razoável margem de segurança, até 1977, tendo em vista que a hipótese básica desta análise é que, até aquele ano, todos os projetos aprovados até 1972 estariam em funcionamento.

Como as informações disponíveis mais recentes sobre a indústria de transformação do Nordeste se referem ao ano de 1969 (Produção Industrial IBGE), para o estabelecimento da taxa de expansão deste segmento industrial até 1977 adotou-se a seguinte metodologia: adicionou-se o valor agregado dos projetos aprovados pela SUDENE, entre 1967 e 1972, e pelo GEIQUIM, até 1971, à estrutura do valor agregado observada em 1969. Com esse procedimento, obteve-se a provável estrutura de 1977, calculando-se, então, a taxa de crescimento por gênero e para a indústria de transformação como um todo para o período 1969/77. É oportuno lembrar que, além dos projetos aprovados pela SUDENE antes de 1967, foram excluídos também para efeito dessa estimativa, aqueles considerados desistentes até 1969.

Os cálculos efetuados permitiram concluir que, entre 1969 e 1977, a indústria de transformação do Nordeste poderá crescer a uma taxa anual de 15,9%, admitindo-se que os empreendimentos considerados para efeito dessa estimativa estejam funcionando até aquela data limite com a capacidade produtiva constante dos projetos. O fato de se admitir que os projetos estariam operando a 100% da capacidade em 1977 poderia, à primeira vista, dar idéia de superestimação das estimativas realizadas. Todavia, se se levar em conta que determinados efeitos não foram considerados nas projeções realizadas, por falta de dados concretos, pode-se até chegar à conclusão de que essa previsão venha a ser superada. Tal possibilidade fundamen-

(14) Admitiu-se, para efeito de cálculo, que todos os projetos aprovados antes de 1967, representando 12% do investimento total, estavam em funcionamento em 1969, e portanto seus efeitos já estariam computados nos dados observados naquele ano.

ta-se nos seguintes argumentos:

- a) nenhuma alusão foi feita ao crescimento vegetativo do parque pré-existente, nem à melhoria do nível de utilização da capacidade instalada (15), nem tampouco aos efeitos secundários que os projetos já em funcionamento vêm gerando;
- b) excluiu-se a possibilidade de os projetos aprovados depois de 1972 entrarem em funcionamento até 1977, gerando, portanto, os seus efeitos dentro do período considerado;
- c) não foram levadas em conta as ampliações realizadas com outras fontes de recursos que não o crédito fiscal dos arts. 34/18 oriundos de Bancos Oficiais, reinversão de lucros, mercado de capitais, recursos externos, etc;
- d) não estão considerados nas estimativas os programas relativos às aplicações efetuadas nas pequenas e médias empresas.

Pela apreciação da tabela 14, é possível antever o comportamento da indústria de transformação, a nível de cada gênero, no período em análise.

A composição do produto da indústria de transformação, segundo suas grandes componentes, deverá passar por modificações substanciais, verificando-se uma redução ponderável das indústrias tradicionais, cuja participação cairá de 60%, em 1969, para 37,3% em 1977. Com relação à estrutura de produção dos bens segundo os usos, verifica-se que os de consumo não durável perderão posição relativa, caindo de 59,7%, em 1969, para 36,5% em 1977, enquanto que os bens intermediários passarão de 35,1%, em 1969, para 53,3% em 1977. Já os bens de capital e de consumo durável, cuja contribuição, em 1969, era insignificante, apresentarão o melhor desempenho dentre as três categorias, elevando sua participação de 5,2% em 1969, para 10,2%, em 1977. De acordo com a experiência histórica, as modificações estruturais previstas refletem o comportamento normal de uma região que está em fase de industrialização.

Como se pode ver pelo exame da tabela 14, os gêneros dinâmicos deverão registrar, entre 1969 e 1977, uma elevada taxa de crescimento (22,6% a.a.), em confronto com o ritmo de expressão dos gêneros tradicionais, cuja previsão é de 9,3% ao ano para o mesmo período.

Os gêneros que deverão apresentar melhor desempenho são os de Vestuário e Calçados, Couros e Peles e Diversos, no grupo dos tradicionais, e Papel e Papelão, Borracha, Metalúrgica e Mecânica dentre os dinâmicos, todos eles com perspectivas de crescimento anual acima de 22%, entre 1969 e 1977. Convém chamar atenção para o fato de que o excepcional crescimento desses gêneros se deve à diminuta dimensão de seus produtos verificada no ano base. Com efeito, face à inexpressividade dos seus valores em 1969, a simples implantação de apenas um ou dois grandes projetos significará, para tais gêneros, elevadas taxas de crescimento. Como exemplo, pode-se citar os Produtos de Borracha, em que a implantação de apenas

(15) Inquéritos que vem sendo realizados pelo BNB sistematicamente (Sondagem Conjuntural) indicam que a indústria de transformação do Nordeste vem apresentando um índice de utilização de seus equipamentos na faixa de 75 a 80%.

TABELA 14
Estimativa do Impacto dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE e pelo GEIQUIM Sobre a Estrutura da
Indústria de Transformação do Nordeste em 1969
 (Em Cr\$ 1.000 de 1972)

GÊNEROS INDUSTRIAIS	Valor Agregado Líq. a Custo de Fatores (V.A.L.c.f.) (1) 1969 (A)		Valor Agregado Líq. a Custo de Fatores oriundo dos projetos aprovados p/ SUDENE (2) (B)		Valor Agregado Líq. a custo de Fatores dos projetos aprovados p/ GEIQUIM (C)	Valor Agregado Líquido, a Custo de Fatores, estimado para 1977 A + B + C		Taxa Geométrica de Cresc. Anual no Período 1969-77 (%)
	Nºs Absol.	%	Nºs Absol.	%		Nºs Absol.	%	
TRADICIONAIS	1.715.785	60,0	1.767.519	30,4	—	3.483.304	37,3	9,3
— Alimentos, Bebidas e Fumo	989.436	34,6	589.449	10,2	—	1.578.885	16,9	6,0
— Textil	486.139	17,0	520.509	8,9	—	1.006.648	10,8	9,3
— Vestuário e Calçados	74.351	2,6	295.881	5,1	—	370.232	4,0	22,2
— Madeira e Mobiliário	77.210	2,7	186.168	3,2	—	263.378	2,8	16,6
— Couros e Pele	17.158	0,6	69.267	1,2	—	86.425	0,9	22,4
— Editorial e Gráfica	65.772	2,3	36.860	0,6	—	102.632	1,1	5,7
— Diversos	5.719	0,2	69.385	1,2	—	75.104	0,8	38,0
DINÂMICOS	1.443.859	40,0	4.053.322	69,6	654.700	5.851.881	62,7	22,6
— Minerais Não Metálicos	305.982	10,7	570.288	9,8	—	876.270	9,4	14,1
— Papel e Papelão	25.737	0,9	289.839	5,0	—	315.576	3,4	36,8
— Borracha	11.439	0,4	148.553	2,6	—	159.992	1,7	39,1
— Química, Prod. Farm. e Mat. Plást., Sabões e Velas	520.455	18,2	1.321.946	22,6	654.700	2.497.101	26,7	21,7
— Metalúrgica	140.123	4,9	988.735	17,0	—	1.128.858	12,1	29,8
— Mecânica, Mat. Elét., Comum e Transp.	140.123	4,9	733.961	12,6	—	874.084	9,4	25,7
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	2.859.644	100,0	5.820.841	100,0	654.700	9.335.185	100,0	15,9

Fontes dos Dados Originais: Produção Industrial (1969), Pareceres dos Projetos Industriais da SUDENE e GEIQUIM.

Notas: (1) Para o cálculo do V.A.L.c.f. foram deduzidas do valor da transformação industrial as parcelas de "Publicidade e Propaganda", "Outras Despesas" e "Depreciação". Para este último valor, admitiu-se uma taxa de 5%, indistintamente, para todos os gêneros. Convém frisar ainda que o valor da transformação, aqui considerado, foi corrigido para 100%, tendo em vista que os dados originais (Produção Industrial — IBGE) referem-se a 90% do total.

(2) Excluídos os projetos aprovados antes de 1967 e os desistentes até dezembro de 1969. Admitiu-se, para efeito de cálculo das estimativas, que os projetos aprovados antes de 1967 já estavam implantados em 1969.

TABELA 15
Estimativa do Impacto dos Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE e pelo GEIQUIM Sobre a Estrutura da
Indústria de Transformação no Nordeste em 1969
(Cr\$ 1.000 de 1972)

ESTADOS	Valor Agregado Líquido, a Custo de fatores (V.A.L.c.f.) 1969 (A)		Valor Agregado Líquido a custo de fatores, oriundos dos projetos aprovados pela SUDENE (B)		Valor Agregado Líquido, a custo de fatores, dos Projetos aprovados pelo GEIQUIM. (C)	Valor Agregado Líquido, a custo de fatores, estimado para 1977 A + B + C		Taxa Geométrica de Crescimento Anual, no período 1969-77 (%)
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%		Números Absolutos	%	
Maranhão	74.351	2,6	75.671	1,3	—	150.022	1,6	9,2
Piauí	28.596	1,0	29.104	0,5	—	57.700	0,6	9,2
Ceará	346.017	-12,1	605.367	10,4	655	952.039	10,2	13,5
Rio G. do Norte	108.666	3,8	273.580	4,7	—	382.246	4,1	17,0
Paraíba	171.579	6,0	430.742	7,4	—	602.321	6,4	17,0
Pernambuco	1.163.875	40,7	1.915.057	32,9	12.439	3.091.371	33,1	13,0
Alagoas	208.754	7,3	337.609	5,8	—	546.363	5,9	12,8
Sergipe	80.070	2,8	64.029	1,1	275.629	419.728	4,5	23,0
Bahia	677.736	23,7	2.089.682	35,9	365.977	3.133.395	33,6	21,1
NORDESTE	2.859.644	100,0	5.820.841	100,0	654.700	9.335.185	100,0	15,9

Fontes dos Dados Originais: Produção Industrial (1969), Pareceres dos Projetos Industriais da SUDENE e GEIQUIM

OBS.: As notas de rodapé da Tabela 14 são válidas também para esta.

duas unidades para fabricação de pneumáticos será responsável pela quase totalidade de seu crescimento no período em análise, por sinal a taxa mais elevada de todos os gêneros (39,1%).

Emprego

Os 800 projetos industriais aprovados pela SUDENE até 1972 (exclusive os desistentes até 1969) deverão gerar na Região cerca de 129 mil empregos diretos. Considerando o efeito multiplicador desses empregos criados para a indústria de transformação (média de 3 indiretos para cada emprego direto), chega-se à conclusão de que aqueles projetos poderão ser responsáveis pelo surgimento de, aproximadamente, 516 mil novas oportunidades de ocupação no Nordeste.

Do total de empregos diretos, cerca de 43% seriam gerados pelos gêneros tradicionais e 57% pelos gêneros dinâmicos.

Algumas características básicas dos projetos.

A partir dos dados constantes dos pareceres da SUDENE (DI), relativos aos 800 projetos aprovados, encontrou-se uma relação capital/produto de 2,064, ou seja, para cada unidade de produto a ser gerada por esses empreendimentos são requeridas, aproximadamente, duas unidades de capital. Nos gêneros dinâmicos, essa relação é de 2,167 unidades de capital por uma de produto, enquanto para os gêneros tradicionais fica em torno de 1,828.

A média de investimento por projeto é de, aproximadamente, Cr\$ 17.064 mil (preços de 1972), sendo que as médias mais elevadas pertencem aos gêneros Produtos de Borracha (Cr\$ 41.069 mil), Metalúrgica (Cr\$ 33.324 mil) e Química (Cr\$ 28.078 mil). A média de investimento por projeto no grupo dos gêneros dinâmicos (Cr\$ 22.890 mil) é superior ao dobro da média encontrada para os projetos dos gêneros tradicionais (Cr\$ 10.085 mil). Essa característica também se verifica na relação investimento/emprego criado, atingindo a média nos gêneros dinâmicos a Cr\$ 136 mil, e nos gêneros tradicionais a Cr\$ 66 mil. Como era de se esperar, esses dados evidenciam a estrutura de "capital intensivo" das unidades pertencentes aos gêneros dinâmicos.

4.2. Indústria de Construção Civil

Estima-se que, na década de 70, este subsetor industrial possa crescer a um ritmo anual de aproximadamente 15%. Embora essa previsão não apresente o mesmo rigor matemático adotado nas projeções feitas para a indústria de transformação, por falta de dados concretos, a existência de alguns indicadores estreitamente ligados às atividades de construção civil corroboram a validade dessa hipótese.

Dentre esses indicadores pode-se citar os seguintes:

- a) O consumo aparente de cimento na Região apresentou uma taxa de crescimento de 14,1%, entre 1965 e 1972, com tendência a elevar-se conforme mostra a tabela 11.
- b) O gênero Minerais não Metálicos deverá registrar um crescimento de 14,1%,

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS APROVADOS PELA SUDENE, ATÉ 1972, PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO NORDESTE

GRÁFICO 5

SEGUNDO OS ESTADOS

CEARÁ



PARAÍBA



PERNAMBUCO



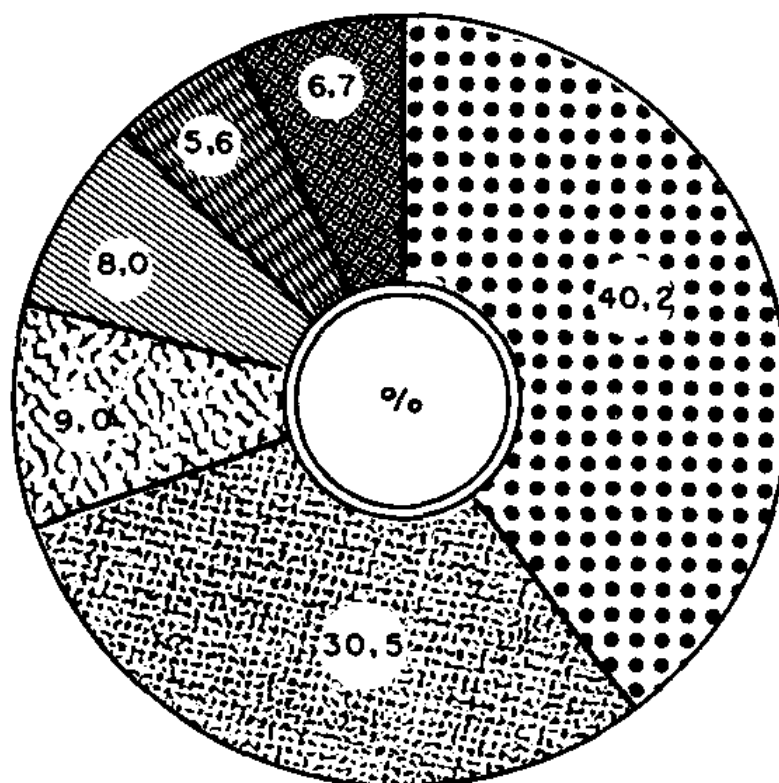
ALAGOAS



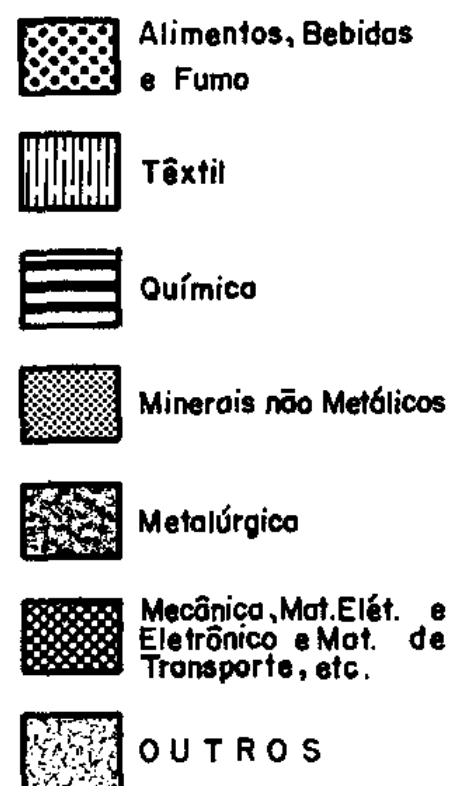
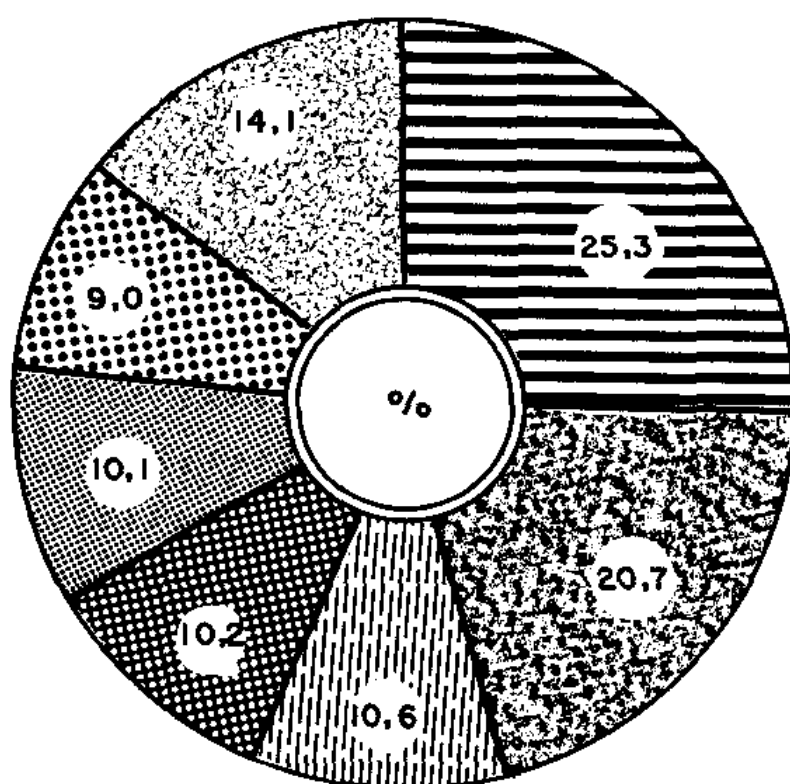
BAHIA



OUTROS



SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS



FONTE: SUDENE (DI)

ao ano entre 1969 e 1977, somente com a implantação dos projetos já aprovados pela SUDENE até 1972. Note-se que essa taxa é idêntica à registrada para o crescimento do consumo aparente de cimento no Nordeste no período 1965/72;

- c) Os altos deficits habitacionais urbanos, já identificados pelo BNH, e a demanda adicional por novas habitações, em função do crescimento populacional, indicam a existência de uma elevada potencialidade do mercado de construção civil no setor habitacional;
- d) Os programas que serão executados nesta década para dotar as áreas urbanas de saneamento básico dentro do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA) implicam que até 1980 todas as cidades do Brasil estarão sendo atendidas em 80% de suas necessidades de abastecimento d'água;
- e) A expansão dos investimentos públicos em infra-estrutura (estradas, escolas, hospitais, etc.) necessária ao desenvolvimento econômico da Região;
- f) O impacto do próprio processo de industrialização regional, visto que uma parcela bastante representativa dos investimentos já aprovados — cerca de 2,7 bilhões de cruzeiros de 1972 — se destina ao item de construções civis;
- g) A execução dos programas de irrigação, no setor primário, com a construção de aquedutos, barragens e obras similares.

A conjugação de todos esses indicadores demonstra a viabilidade de um crescimento de 15% ao ano para a Indústria de Construção Civil na década em curso. Convém ressaltar, ainda, que essa taxa não é nada ambiciosa, levando-se em conta que, no período 1965/69, de acordo com levantamento feito pela SUDENE, este subsetor apresentou uma expansão anual de 13,1%.

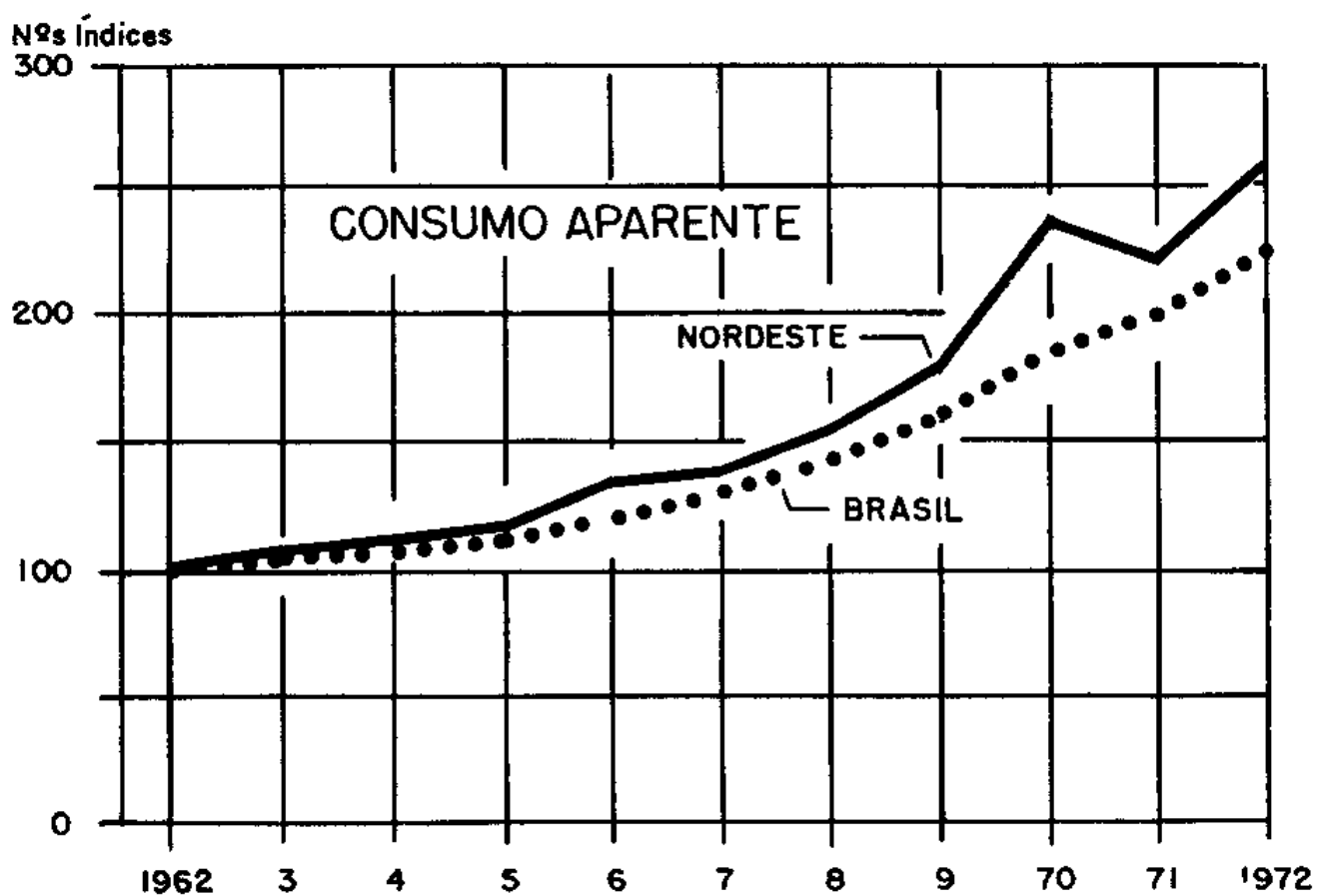
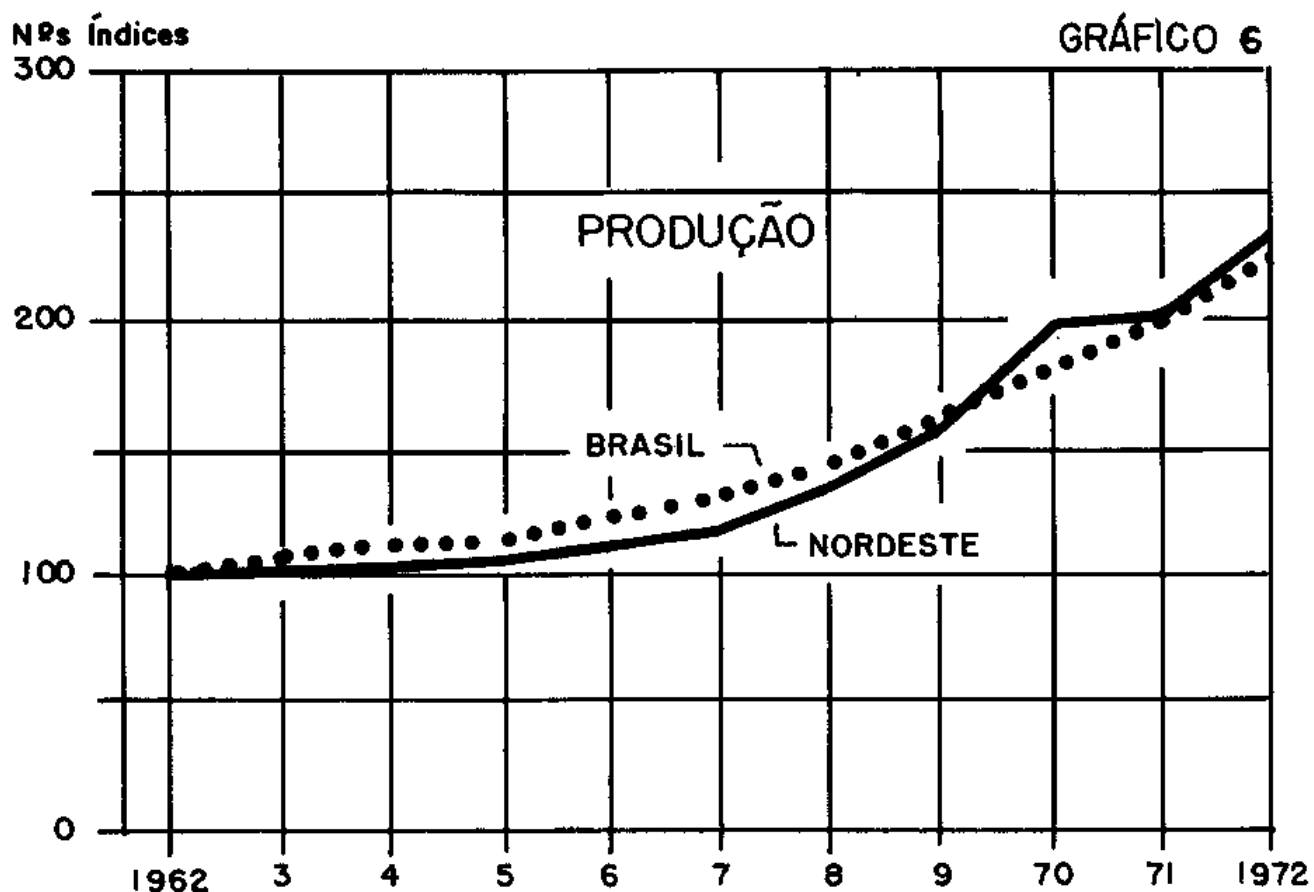
4.3. Indústria Extrativa Mineral

A exemplo do que se fez para a Indústria de Construção Civil, igualmente em razão da ausência de dados concretos, a análise sobre as perspectivas da Indústria Extrativa Mineral será feita indiretamente, baseada em indicações não quantificáveis, mas com elevadas possibilidades de ocorrência ao longo da década.

Desse modo, estima-se que este subsetor poderá crescer a uma taxa média de, aproximadamente, 13% ao ano, durante os anos 70. Tal previsão fundamenta-se nas seguintes conclusões constantes de estudo específico de mineração já mencionado:

- 1º) Ao nível da produção de 1968, a reserva de petróleo do Nordeste é suficiente para exploração até 1980, aproximadamente. As reservas do petróleo conhecidas permitem afirmar que o nível de produção até 1980 poderá manter-se aproximadamente idêntico ao de 1968.
- 2º) A siderurgia do Nordeste deverá apoiar-se em minério de ferro de outras Regiões e utilizar como redutor o carvão vegetal ou o gás natural;
- 3º) A cromita baiana terá papel significativo nas indústrias de ligas de ferro, cromo e produtos químicos;
- 4º) Só as reservas de cobre mensuradas atenderiam a 50% do mercado nacional, hoje atendido basicamente por importações;

PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE CIMENTO, NO
NORDESTE E NO BRASIL - 1962-72 : 1962=100



FONTE: Sind. Nac. da Ind. de Cimento

- 5º) Confirmadas as reservas indicadas e inferidas em Boquira(BA), haveria um total de 156.000 t de chumbo metálico no Nordeste, o que daria para atender as necessidades nacionais por cerca de quatro anos;
- 6º) As reservas de taquidrita vêm abrir novas perspectivas para a produção de magnésio no País, tanto para o mercado interno como internacional. As reservas de carnalita, com 9% de magnésio, permitirão a produção de sinter magnésiano para consumo doméstico de refratário, por tempo indeterminado, havendo possibilidade de produzir bromo, o qual foi identificado em duas jazidas;
- 7º) As reservas de ilminita e rutilo já permitiram a definição de projeto que reduzirá em 7 milhões de dólares as importações brasileiras;

Ainda de acordo com o referido estudo, as possibilidades que deverão causar maior impacto na economia mineira do Nordeste são aquelas referentes ao desenvolvimento dos seguintes complexos industriais: a) Petroquímico, na Bahia; b) Mineral – petroquímico, em Sergipe, aproveitando as grandes reservas de carnalita, taquidrita, silvinita e gás natural; c) Mineral – químico, em Alagoas, a partir das reservas de salgema; d) Fertilizantes com matérias-primas da Bahia (amônia e uréia), de Sergipe (potássio) e Pernambuco (fósforo); e e) Salino-mineral, no Rio Grande do Norte, pelo aproveitamento das águas mãs das salinas.

À vista do comportamento passado na indústria (16) e de tais constatações, aliados às importantes medidas que o Governo vem tomando em relação ao setor (criação da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, instituição do Fundo de Pesquisa de Recursos Naturais do Nordeste – FURENE, etc), parece viável a essa atividade atingir, na atual década, uma taxa de crescimento em torno de 13% ao ano.

4.4. Indústria de Energia Elétrica

A expansão da produção de energia elétrica no período 1960-70 foi da ordem de 12,8% ao ano. A capacidade geradora passou de 1.014 MW para 4.111 MW, elevando-se a participação regional no total do País de 4,7% para 7,8%. O consumo “per-capita” cresceu quase três vezes entre 1960 a 1970, aumentando de 45 para 120 KWh.

De acordo com estimativas da ELETROBRAS (17), o consumo total de energia elétrica deverá crescer a uma taxa anual de 17,6% ao ano, no período 1970-75, e de 15,4% ao ano entre 1975 e 1980. O consumo industrial apresentará um crescimento anual de 23,3% entre 1970 e 1975, e de 16,5%, no período 1976-80.

A fim de atender à demanda prevista, os requisitos de geração de energia elétrica projetados indicam uma expansão da década a uma taxa de 16,5%, sendo de 17,4% ao ano no primeiro quinquênio e de 15,2% ao ano no segundo.

- (16) Segundo levantamento direto realizado pela SUDENE, a Indústria Extrativa Mineral do Nordeste cresceu a uma taxa de 15,8% ao ano, entre 1965 e 1969.
- (17) Ver “Mercado de Energia Elétrica”, monografia elaborada pelo Grupo de Trabalho constituído na ELETROBRAS pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Nordeste do Brasil.

5. RECURSOS PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE

O processo de desenvolvimento do Nordeste que tem curso nos anos setenta apoia-se, entre outros fatores, no alcance de elevados índices de crescimento do setor industrial, por ser o núcleo dinamizador do sistema, ao contrário da agricultura, que terá, basicamente, função de sustentação do progresso econômico. Assim é que se espera seja mantida até 1980 uma taxa de crescimento do setor em torno de 15% ao ano, para que a economia nordestina como um todo possa atingir ritmo de aceleração igual ou maior do que o do País, evitando o agravamento das disparidades regionais ou proporcionando sua diminuição.

Para lograr esses objetivos, o processo de industrialização tem contado com fontes variadas de recursos, entre as quais destaca-se aquela proveniente dos descontos de imposto de renda. Com efeito, os indicativos dos artigos 34 e 18 participaram com mais de 48% nos esquemas de financiamento dos projetos aprovados pela SUDENE, no período 1967-72. No entanto, as alterações ocorridas na legislação de incentivos fiscais permitindo deduções em favor de outros setores considerados prioritários para o desenvolvimento nacional, implicaram em redução significativa de opções em favor da indústria regional. A essas modificações iniciais somaram-se aquelas relativas ao financiamento dos programas federais (PIN e PROTERRA), o que reduziu em 50% o volume de recursos postos à disposição do programa de industrialização do Nordeste. Desse modo, as opções setoriais, aliadas à redução de 50% com vistas aos programas federais mencionados, implicaram na redução drástica dos recursos destinados ao financiamento do setor industrial nordestino. De fato, em 1962, destinava-se à SUDENE a totalidade dos incentivos fiscais, enquanto que, em 1972, segundo estimativas, apenas 23,2% do total de incentivos oriundos de deduções do imposto de renda tiveram essa destinação, conforme mostra a tabela 16.

Essas decisões de política econômica resultaram em uma contração relativa no volume de depósitos colocados à disposição do sistema, favorecendo o agravamento de imperfeições surgidas em seu funcionamento, em virtude do desequilíbrio entre oferta e demanda de recursos. As estimativas realizadas indicam que o deficit tende a agravar-se, salvo se ocorrer substituição de fontes de financiamento, por meio de medidas institucionais que as recomponha, como por exemplo, exigindo-se um aumento da participação dos recursos próprios do grupo empresarial, em contrapartida aos dos artigos 34 e 18, ou através de elevação das cotações concedidas pelos organismos financeiros como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE e o Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

O fundamental é assegurar-se a mobilização de fundos suficientes para manter o ritmo acelerado de crescimento do setor industrial, até que alcance estágio de desenvolvimento que lhe permita dispensar tratamento diferenciado, representado pela administração de incentivos fiscais que têm a característica notável de contrabalançar a ausência de condições atrativas motivadoras das decisões empresariais.

A respeito desse assunto, convém lembrar que a ação desenvolvida pelo BNB pode assumir relevante significado, tendo em vista a experiência acumulada ao

TABELA 16
Distribuição Percentual dos Incentivos Fiscais, Segundo as Áreas de Aplicação
1962–72

ANOS	Destino dos Incentivos							TOTAL
	SUDENE	SUDAM	SUDEPE	TURISMO	REFLORES- TAMENTO	PIN	PROTERRA	
1962	100,0	—	—	—	—	—	—	100,0
1963	87,7	12,3	—	—	—	—	—	100,0
1964	91,8	8,2	—	—	—	—	—	100,0
1965	92,0	8,0	—	—	—	—	—	100,0
1966	82,9	17,1	—	—	—	—	—	100,0
1967	76,0	22,0	2,0	—	—	—	—	100,0
1968	64,5	22,8	6,1	5,0	1,6	—	—	100,0
1969	56,4	23,4	12,5	4,0	3,8	—	—	100,0
1970	54,0	22,1	13,4	3,9	6,6	—	—	100,0
1971	32,7	14,6	7,0	2,9	12,8	30,0	—	100,0
1972 (*)	23,2	10,5	5,0	2,1	9,2	30,0	20,0	100,0

Fonte dos Dados Originais: Centro de Informações Econômico-Fiscais — CIEF CIEF

(*) Estimativa feita pelo BNB — ETENE.

longo de vinte anos de efetiva operação no Nordeste. Essa experiência na administração creditícia é enriquecida pelo conhecimento já captado da realidade nordestina, como fruto de estudos e pesquisas voltados para a apreensão dos fatos que determinam o curso do desenvolvimento da Região, dentro de ampla perspectiva da economia nacional.

A vasta contribuição do Banco ao processo de desenvolvimento pode ser sumariamente destacada através de alguns elementos selecionados, a saber:

- a) participação de 20 a 25% no total dos empréstimos totais concedidos pelo sistema bancário regional;
- b) preponderância dos empréstimos especializados (rural e industrial), a partir de 1966, na estrutura das aplicações;
- c) seleção dos empreendimentos visando aumentar a eficiência das inversões.

Esses elementos credenciam o BNB como um poderoso agente do desenvolvimento nordestino e poderão transformá-lo *em instrumento mais sólido ainda do* Governo Federal em sua política de integração nacional, desde que lhe sejam asseguradas as condições propícias, sobretudo, no que tange ao suporte financeiro indispensável ao atendimento da demanda creditícia especializada.

